



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2017

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA
Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

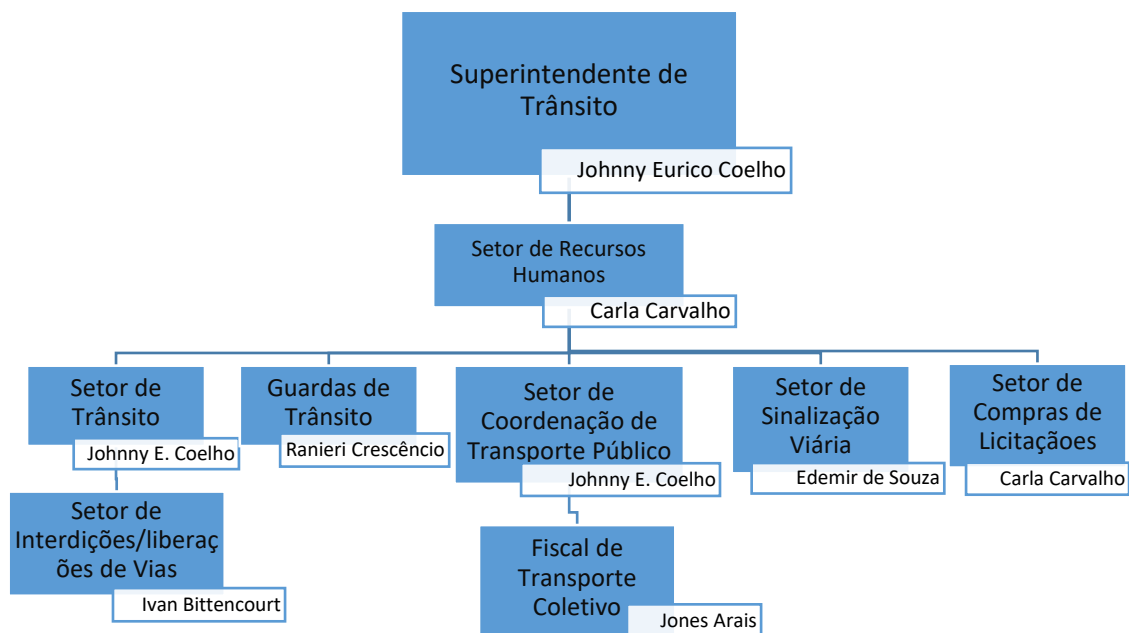
a) Informações Gerais:

Entidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES
CNPJ:	07.589.379/0001-66
Endereço:	RUA ANIBAL GAYA, 149, CENTRO, NAVEGANTES/SC
Telefone:	(47) 3185-2001
E-mail:	seguranca.secretaria@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	www.navegantes.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Responsáveis	Nome	CPF	Cargo/Função	Período de gestão	Ato Nominação e data	Ato Exoneração e data	Endereço Residencial	e-mail
Prefeito	EMÍLIO VIEIRA	716.701.659-49	PREFEITO MUNICIPAL	2017 à 2020			Rua Orlando Ferreira, 300 – Machados – Navegantes/SC.	gabinete@navegantes.sc.gov.br
Gestor/Secretário	JOHNNY EURICO COELHO	898.706.469-72	SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL	2017 à 2020			Rua: Evaldo Reiser – Centro - Navegantes/SC	Seguranca.secretaria@navegantes.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:



d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

De acordo com o disposto na Lei Complementar nº 21 de 03 de março de 2005, a Fundação Municipal de Vigilância tem por finalidade:

- I - Organizar e administrar a Guarda Municipal de Navegantes, prevista no artigo 24 da Lei Orgânica do Município;
- II - Promover o treinamento, a padronização de equipamentos e materiais e a operação dos sistemas interligados de telecomunicação;
- III - Interligar os órgãos de segurança pública e defesa civil;
- IV - Dar suporte à auto-executoriedade dos atos da administração Municipal;
- V - Executar o programa de ação municipal de segurança dos bens e logradouros públicos;
- VI - Executar a fiscalização do trânsito, segundo as normas do Código Brasileiro de Trânsito.
- VII - Proteger, Organizar e Administrar o depósito dos veículos apreendidos.
- VIII - Administrar, supervisionar e controlar o estacionamento rotativo de veículos em vias públicas do município, criado pela lei nº 1.355 de 18/12/2000.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Programas e ações		Previsão		Execução		Diferenças			
Cód	Programa	Física	Financeira	Física	Financeira	Física		Financeira	
						Nominal	%	Nominal	%
22.02.06.183.0025	Trânsito Legal	Não mensurado	1.338.373,00	Não mensurado	1.113.893,47	Não mensurado	Não mensurado	224.479,53	16,77%
22.01.06.183.0080	Sinalização Viária	Não mensurado	25.100,00	Não mensurado	0,00	Não mensurado	Não mensurado	25.100,00	100,00%
22.01.06.183.0083	Fiscalização de Trânsito	Não mensurado	40.000,00	Não mensurado	16.892,41	Não mensurado	Não mensurado	23.107,59	57,77%
22.02.06.181.0081	Polícia Civil - Convênio de Trânsito	Não mensurado	511.279,00	Não mensurado	387.502,52	Não mensurado	Não mensurado	123.776,48	24,21%
22.02.06.181.0082	Polícia Militar - Convênio de Trânsito	Não mensurado	265.279,00	Não mensurado	94.550,00	Não mensurado	Não mensurado	170.729,00	64,36%
		Não mensurado	2.180.031,00	Não mensurado	1.612.838,40	Não mensurado	Não mensurado	567.192,60	

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Decreto nº	Despesa	Razões	Efeitos/Consequências

Obs.: não houve contingenciamento de despesas no exercício de 2017.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Despesa reconhecida sem orçamento	Valores	Motivos do reconhecimento

Obs.: não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos no exercício de 2017.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

a) Restos a Pagar Processados

Empenhos de restos a pagar inscritos a partir do segundo ano pretérito ao da prestação de contas	Data da inscrição	Fornecedor	Valor devido	Motivos
0000062/15	31/12/2015	POSTO DNA LTDA - EPP	431,90	salvos de empenhos liquidados indevidamente
TOTAL			431,90	

b) Restos a Pagar Não Processados

Obs.: Não existe saldo de restos a pagar não processados por mais de um exercício financeiro na entidade.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A TERCEIROS PELA UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item IV)			
Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação etc.)	Valor Anual Transferido
Total			

Obs.: Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres no exercício de 2017 por parte da Fundação Municipal de Vigilância.

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

Recomendações atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos

Obs.: Não houve recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno Municipal para a entidade.

b) Recomendações pendentes:

Recomendações não atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos

Obs.: Não houve recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno Municipal para a entidade.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Obs.: Não há contratos de gestão de vigentes no exercício de 2017 para esta entidade.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Obs.: Não foram celebrados termos de parceria no exercício de 2017 para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício.

Navegantes, 15 de janeiro de 2018.

JOHNNY EURICO COELHO
Superintendente da FMV